

**XIX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2a. REGIÃO**

546

2a. PROVA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Qual a consequência jurídica da dispensa imotivada da empregada doméstica grávida? Fundamente.
2. Natureza jurídica do contrato de aprendizagem e a repercussão dessa modalidade de contratação na ocorrência de cláusula normativa concedendo estabilidade provisória ao empregado em idade de prestação de serviço militar.
3. A flexibilização é um fenômeno recente no direito de trabalho. Assim, se ficar pactuado, via Acordo Coletivo, supressão de prêmio habitual pago aos empregados durante 3 (três) anos, tal pacto coletivo poderia ser inquinado de nulo pelos empregados abrangidos pela referida norma coletiva? Fundamentar.
4. A estabilidade constitucional prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias exclui o direito do empregado ao regime do Fundo de Garantia? Fundamente.
5. O saudoso Juiz Antonio Lamarca afirmava não haver fraude legal, pois “compete ao legislador dizer (e não à Justiça Comum ou do Trabalho) quando há trabalho autônomo e quando há relação de emprego”. Assim, poderia a Justiça do Trabalho declarar a existência de vínculo empregatício entre o associado de uma cooperativa e o tomador de tais serviços face ao que dispõe o art. 442, parágrafo único da CLT? Justificar.
6. Qual a condição processual do Sindicato no dissídio coletivo e na ação de cumprimento? Fundamente.
7. O ato antecipador da tutela jurisdicional de mérito em obrigação de fazer, pode ser executado? Poderá ser estabelecida solidariedade passiva para cumprimento dessa obrigação? Justificar.
8. Em que momento processual caracterizar-se-á fraude à execução e qual o juízo competente para declará-la?
9. Gera efeitos jurídicos a contratação pela Administração Pública de servidor, sem a obediência aos ditames legais? Explicar.
10. Face ao que dispõe o art. 104 do Código Civil, poderia o empregado alegar em juízo a nulidade de ato simulado?